

IV

Finanças Públicas

Políticas orçamentária, fiscal e tributária

A Lei Orçamentária Anual (LOA), referente ao exercício de 2008, foi sancionada em março (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008) e o Decreto nº 6.439, de 22 de abril de 2008, que definiu a programação orçamentária e financeira e o cronograma mensal de desembolso para os órgãos do Poder Executivo, foram editados em abril.

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), após a apuração da execução orçamentária de cada bimestre, deve ser feita a reavaliação da estimativa de receitas e despesas primárias de execução obrigatória, com base nos parâmetros macroeconômicos atualizados. Dessa forma, durante o exercício foram editados outros decretos alterando a programação financeira inicial e, em algumas oportunidades, efetuados contingenciamentos de despesas, gradativamente levantados à medida que as previsões de receitas se confirmavam.

Em janeiro, foram anunciadas duas medidas com o objetivo de neutralizar, em parte, a perda de receita fiscal decorrente da extinção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), estimada em R\$40 bilhões. A Medida Provisória (MP) nº 413, de 3 de janeiro de 2008, convertida na Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a cargo das instituições financeiras, de 9% para 15%, enquanto o Decreto nº 6.339, de 3 de janeiro de 2008, determinou a elevação das alíquotas do IOF incidentes sobre operações de crédito para pessoas físicas, e sobre operações de câmbio e de seguros. Ressalte-se que as novas alíquotas do IOF passaram a vigorar na data de publicação do decreto, enquanto a nova alíquota da CSLL passou a incidir sobre os lucros decorrentes de fatos geradores ocorridos a partir de 1º.5.2008. O acréscimo da arrecadação associado a essas medidas foi estimado em R\$10 bilhões.

A MP nº 413, de 2008, dispôs, ainda, sobre medidas tributárias destinadas a estimular os investimentos e a modernização do setor de turismo. Para efeito de apuração da base de cálculo do Imposto de Renda (IR), a pessoa jurídica que explore a atividade hoteleira poderá utilizar depreciação acelerada incentivada de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, adquiridos a partir de 4 de janeiro de 2008 até 31 de dezembro

de 2010, possibilitando, assim, o reconhecimento do custo de depreciação de referidos bens em um período de tempo mais curto, o que se traduz em melhor capitalização dos empreendimentos.

Em resposta aos impactos sobre o nível da atividade interna decorrentes do acirramento da crise financeira internacional, o governo federal anunciou, em dezembro, três medidas de redução de impostos, com impacto fiscal, projetado para 2009, de R\$8,4 bilhões. Foram criadas duas alíquotas intermediárias, de 7,5% e de 22,5%, na tabela do IRPF, representando renúncia fiscal de R\$4,9 bilhões e redução de R\$2,9 bilhões nas transferências para os estados e municípios, via fundos de participação. Adicionalmente, foram reduzidos o IPI incidente sobre carros e caminhões novos, com vigência de 15.12.2008 até 31.3.2009, e a alíquota do IOF sobre empréstimos às pessoas físicas, de 3% para 1,5% a.a.

A MP nº 449, de 3 de dezembro de 2008, autorizou o parcelamento de dívidas vencidas até 31.12.2005 cujo valor não seja superior a R\$10 mil, para as quais foram oferecidas reduções que chegam a 100% das multas e dos encargos legais e a 30% dos juros. Quanto aos prazos de parcelamento, variam de seis a sessenta meses. Além disso, a medida prevê estímulo ao encerramento de litígios judiciais e administrativos, decorrentes do aproveitamento indevido de créditos do IPI, mediante condições especiais de pagamento de débitos questionados; e perdão de débitos junto à Fazenda Nacional, inclusive aqueles com exigibilidade suspensa que, em 31.12.2007, estavam vencidos há cinco anos ou mais e cujo valor total consolidado, nessa mesma data, fosse igual ou inferior a R\$10 mil.

Outras medidas de política econômica

A MP nº 428, de 12 de maio de 2008 (convertida na Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008), dispôs sobre conjunto de medidas da política de desenvolvimento, visando, em caráter de relevância e urgência, fomentar os investimentos privados, as inversões em pesquisas científica e tecnológica, a produtividade da indústria nacional, a participação das exportações brasileiras no mercado internacional, para expandir a capacidade produtiva e atender a crescente demanda por bens de consumo, e ampliar a competitividade do setor produtivo nacional. O impacto fiscal das medidas, no período de 2008 a 2011, foi estimado em R\$21,4 bilhões, dos quais R\$3,6 bilhões se referem ao exercício de 2008.

Dentre as providências adotadas, vale mencionar:

- a) redução do prazo de aproveitamento dos créditos relativos a bens de capital, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Programa de Integração Social (PIS)/Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (Pasep);

- b) suspensão da exigência da Cofins e do PIS/Pasep, no caso de venda ou importação de óleo combustível destinado à navegação de cabotagem e de apoio portuário e marítimo;
- c) redução a zero das alíquotas da Cofins e PIS/Pasep incidentes sobre a importação e sobre a venda, no mercado interno, de peças e componentes destinados ao emprego na construção, conservação, modernização e conversão de embarcações registradas no Registro Especial Brasileiro;
- d) flexibilização nas exigências para adesão ao Regime Especial de Tributação para a Plataforma e Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação (Repes), e para adesão ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap);
- e) depreciação imediata para o setor de bens de capital utilizados no desenvolvimento de inovação tecnológica;
- f) extensão do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) à malha logística ferroviária;
- g) ampliação do prazo, de decendial para mensal, do recolhimento do IPI a cargo do setor automotivo;
- h) redução para zero da alíquota do Imposto de Renda incidente sobre despesas com prestação, no exterior, de serviços de logística de exportações;
- i) prorrogação, de 2008 para 2010, do direito de uso do crédito relativo à CSLL, à razão de 25% sobre a depreciação contábil de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos destinados ao ativo imobilizado e empregados em processo industrial do adquirente;
- j) permissão para que as empresas de *software* reduzam em dobro, da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e CSLL, as despesas com capacitação de pessoal próprio; e
- k) redução, de 20% para 10%, da contribuição patronal incidente sobre a folha de pagamentos, e de 3% para zero, da contribuição do “Sistema – S”, por parte das empresas que prestam serviços de Tecnologia da Informação (TI) e de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

A MP nº 450, de 9 de dezembro de 2008, autorizou a União, de forma definitiva, a usar duas fontes de recursos do Tesouro Nacional – o excesso de arrecadação e o superávit financeiro – para amortização da dívida pública federal. Pela legislação vigente até então, o Poder Executivo somente poderia utilizar essas duas fontes de recursos para as despesas que justificaram as respectivas vinculações legais.

O Congresso Nacional aprovou, ainda, projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que deu origem à Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, criando o Fundo Soberano do Brasil (FSB). O Fundo tem a finalidade de promover investimentos em ativos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, reduzir os efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do país localizados no exterior. Poderão constituir recursos do Fundo os seguintes ativos:

- a) recursos do Tesouro Nacional, correspondentes às dotações que lhe forem consignadas no orçamento anual, inclusive os decorrentes da emissão de títulos da dívida pública. A permissão para que títulos da dívida pública mobiliária possam constituir fonte de recursos do FSB foi introduzida pela MP nº 452, de 24 de dezembro de 2008;
- b) ações de sociedades de economia mista federal, excedentes à manutenção de seu controle pela União, ou outros direitos com valor patrimonial; e
- c) resultados de aplicações financeiras à sua conta.

O Governo Federal aportou, em dezembro, R\$14,2 bilhões ao FSB, mediante a emissão de títulos.

Necessidades de financiamento do setor público

O superávit primário do setor público não financeiro totalizou R\$118 bilhões em 2008, representando 4,08% do PIB, ante 3,91% do PIB no ano anterior. Essa melhora traduziu o impacto dos aumentos nos superávits do Governo Central, de 2,29% do PIB em 2007 para 2,47% do PIB, e das empresas estatais, de 0,47% do PIB para 0,56% do PIB, nas referidas datas, neutralizado, em parte, pelo recuo, de 1,15% do PIB, para 1,06%, assinalado no resultado dos governos regionais.

Quadro 4.1 – Necessidades de financiamento do setor público

Discriminação	2005		2006	
	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}
Nominal	63 641	3,0	69 883	2,9
Governo central ^{2/}	73 284	3,4	74 475	3,1
Governos estaduais	4 755	0,2	13 740	0,6
Governos municipais	661	0,0	2 867	0,1
Empresas estatais	-15 060	-0,7	-21 199	-0,9
Primário	-93 505	-4,4	-90 144	-3,8
Governo central ^{2/}	-55 741	-2,6	-51 352	-2,2
Governos estaduais	-17 194	-0,8	-16 370	-0,7
Governos municipais	-4 129	-0,2	-3 345	-0,1
Empresas estatais	-16 440	-0,8	-19 077	-0,8
Juros nominais	157 146	7,3	160 027	6,8
Governo central ^{2/}	129 025	6,0	125 827	5,3
Governos estaduais	21 949	1,0	30 110	1,3
Governos municipais	4 790	0,2	6 212	0,3
Empresas estatais	1 381	0,1	-2 121	-0,1

(continua)

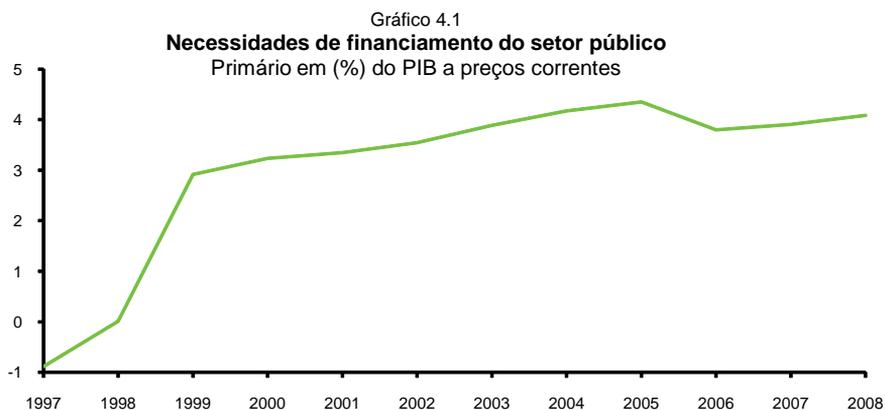
As receitas do Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – somaram R\$716,6 bilhões em 2008, proporcionando que sua participação no PIB aumentasse de 23,82% em 2007 para 24,80%.

Quadro 4.1 – Necessidades de financiamento do setor público (continuação)

Discriminação	2007		2008	
	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}
Nominal	57 926	2,2	44 307	1,5
Governo central ^{2/}	59 607	2,3	24 891	0,9
Governos estaduais	10 335	0,4	29 715	1,0
Governos municipais	2 369	0,1	5 494	0,2
Empresas estatais	-14 385	-0,6	-15 793	-0,5
Primário	-101 606	-3,9	-118 037	-4,1
Governo central ^{2/}	-59 439	-2,3	-71 308	-2,5
Governos estaduais	-25 998	-1,0	-25 931	-0,9
Governos municipais	-3 936	-0,2	-4 644	-0,2
Empresas estatais	-12 234	-0,5	-16 155	-0,6
Juros nominais	159 532	6,1	162 344	5,6
Governo central ^{2/}	119 046	4,6	96 199	3,3
Governos estaduais	36 333	1,4	55 646	1,9
Governos municipais	6 305	0,2	10 138	0,4
Empresas estatais	-2 152	-0,1	361	0,0

1/ Preços correntes.

2/ Governo Federal, Banco Central e INSS.



As receitas do Tesouro Nacional aumentaram em 0,47 p.p. do PIB, somando R\$551,3 bilhões, dos quais R\$133,1 bilhões repassados aos estados e municípios. Essas transferências, em linha com o desempenho das receitas tributárias compartilhadas (Imposto de Renda, IPI e *royalties* petróleo), registraram aumento anual de R\$27,5 bilhões, passando a representar 4,61% do PIB, ante 4,07% em 2007.

As despesas do Tesouro Nacional cresceram 10,3% em 2008, totalizando R\$295,9 bilhões e representando 10,2% do PIB, ante 10,3% em 2007. Os gastos com pessoal e encargos sociais cresceram 12,4%, para R\$ 130,8 bilhões, evolução associada, em parte, aos pagamentos referentes às reestruturações de carreiras no âmbito dos três

Poderes e do Ministério Público da União (MPU). Desde modo, os gastos com a folha do funcionalismo elevaram-se de 4,48% em 2007 para 4,53% do PIB em 2008.

Quadro 4.2 – Resultado primário do Governo Central

R\$ milhões					
Discriminação	2006	2007	2008	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Receita total	543 505	618 869	716 648	13,9	15,8
Tesouro Nacional	418 412	477 141	551 333	14,0	15,5
Previdência Social	123 522	140 410	163 356	13,7	16,3
Banco Central	1 571	1 318	1 959	-16,1	48,6
Despesa total	494 586	560 901	631 002	13,4	12,5
Tesouro Nacional	327 259	373 645	429 009	14,2	14,8
Transferências a estados e municípios	92 779	105 604	133 075	13,8	26,0
Pessoal e encargos sociais	105 497	116 372	130 829	10,3	12,4
Outras despesas correntes e de capital	128 286	151 148	164 062	17,8	8,5
Fundo de Amparo ao Trabalhador	15 298	18 472	21 026	20,7	13,8
Subsídios e subvenções econômicas	9 553	10 020	6 007	4,9	-40,0
Loas/RMV	11 639	14 192	16 036	21,9	13,0
Investimentos	17 481	22 107	28 269	26,5	27,9
Outras despesas de custeio	74 315	86 357	92 724	16,2	7,4
Transferências do Tesouro ao Banco Central	697	521	1 043	-25,3	100,2
Previdência Social	165 586	185 292	199 562	11,9	7,7
Banco Central	1 741	1 964	2 431	12,8	23,8
Fundo Soberano do Brasil ^{1/}	-	-	14 244	-	-
Resultado do Governo Central ^{2/}	48 919	57 968	71 402	18,5	23,2
Tesouro Nacional	91 153	103 496	108 080	13,5	4,4
Previdência Social	-42 064	-44 882	-36 206	6,7	-19,3
Banco Central	-170	-646	-472	280,0	-26,9
Resultado primário/PIB – %	2,1	2,2	2,5	-	-

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

1/ Constitui déficit do Tesouro Nacional.

2/ (+) = superávit; (-) = déficit.

As despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) atingiram R\$21 bilhões, significando aumento anual de 0,02 p.p. do PIB, resultado associado aos impactos exercidos pelos aumentos do salário mínimo e da formalização do mercado de trabalho sobre as despesas com abono salarial e seguro desemprego, ambas sob responsabilidade do FAT.

Os dispêndios com subsídios e subvenções econômicas e reordenamento de passivos totalizaram R\$6 bilhões em 2008, representando 0,21% do PIB, ante 0,39% no ano anterior. Esse comportamento refletiu tanto a não correspondência, em 2008, do dispêndio de R\$1,4 bilhão relativo à securitização agrícola registrado em 2007, quanto o aumento de R\$1,9 bilhão nos recebimentos líquidos no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND).

As despesas amparadas pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) aumentaram 13%, para R\$16 bilhões, em 2008, expansão associada aos impactos do reajuste do salário mínimo e do aumento de 9% na quantidade de benefícios pagos, dos quais 1,4 milhão relativo a idosos e 1,5 milhão a portadores de necessidades especiais, significando aumentos anuais respectivos de 10% e 9%.

Os gastos com investimentos registraram crescimento anual de 27,9%, totalizando R\$28,3 bilhões, 0,98% do PIB, ante 0,85% do PIB em 2007, dos quais R\$6 bilhões em ações na esfera do Ministério dos Transportes e R\$4,9 bilhões na relativa ao Ministério das Cidades. A execução financeira do Projeto Piloto de Investimento (PPI), inserida no total dos investimentos, atingiu R\$7,8 bilhões, ante R\$5,1 bilhões em 2007.

Os juros nominais apropriados pelo setor público não financeiro somaram R\$162,3 bilhões em 2008, representando 5,62% do PIB, ante 6,14% do PIB no ano anterior, redução associada ao resultado das operações de *swap* cambial realizadas pelo Banco Central, favorável à Instituição em R\$4,8 bilhões, contrastando com o resultado desfavorável de R\$8,8 bilhões registrado em 2007. O efeito da depreciação cambial observada em 2008 sobre os ativos atrelados ao câmbio favoreceu, adicionalmente, a redução anual dos juros apropriados.

Quadro 4.3 – Usos e fontes – Setor público consolidado

Discriminação	2007		2008	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Usos	71 492	2,8	57 240	2,0
Primário	-89 730	-3,5	-106 420	-3,7
Juros internos	160 628	6,2	166 106	5,7
Juros reais	69 771	2,7	58 460	2,0
Atualização monetária	90 857	3,5	107 647	3,7
Juros externos	594	0,0	-2 446	-0,1
Fontes	71 492	2,8	57 240	2,0
Financiamento interno	263 488	10,1	81 484	2,8
Dívida mobiliária	239 424	9,2	171 111	5,9
Dívida bancária	-4 422	-0,2	-92 922	-3,2
Renegociações	-	-	-	-
Estados	-	-	-	-
Municípios	-	-	-	-
Estatais	-	-	-	-
Demais	28 486	1,1	3 294	0,1
Relacionamento TN/Bacen	-	-	767	-
Financiamento externo	-191 996	-7,4	-25 011	-0,9
PIB em 12 meses ^{1/}	2 597 611		2 889 719	

1/ PIB a preços correntes.

As necessidades de financiamento do setor público no conceito nominal, incorporando o resultado primário e os juros nominais apropriados, registraram déficit anual de 1,53% do PIB, ante 2,23% do PIB no ano anterior, se constituindo no melhor resultado desde o início da série, em 1991. O déficit do Governo Central recuou 1,43 p.p. do PIB, enquanto os relativos aos governos regionais e às empresas estatais registraram aumentos de 0,73 p.p. do PIB e de 0,01 p.p. do PIB, respectivamente.

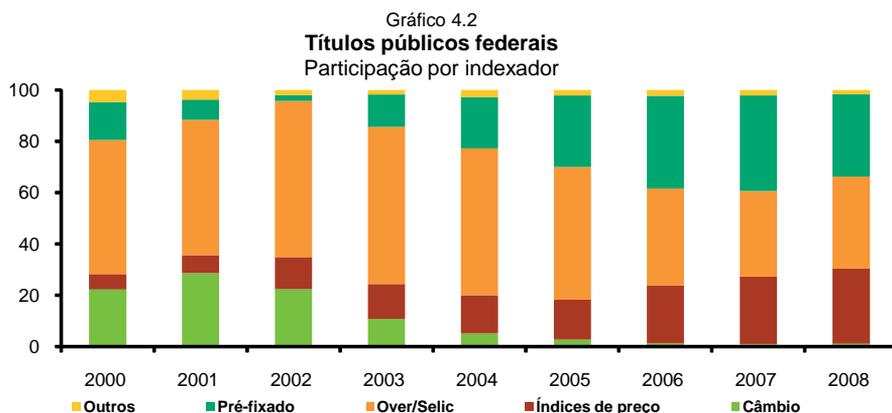
Dívida mobiliária federal

Os títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional totalizaram R\$1.759,1 bilhões em dezembro de 2008, dos quais R\$494,3 bilhões em poder do Banco Central. A dívida mobiliária federal fora do Banco Central, avaliada pela posição de carteira, atingiu R\$1.264,8 bilhões, 42,6% do PIB, ao final de 2008, ante R\$1.224,9 bilhões, 44,8% do PIB, ao final do ano anterior. A redução de 2,2 p.p. do PIB refletiu a ocorrência de resgates líquidos totais de R\$118,6 bilhões, a incorporação de juros de R\$155,5 bilhões e o impacto de R\$3,1 bilhões decorrente da depreciação do real frente ao dólar.

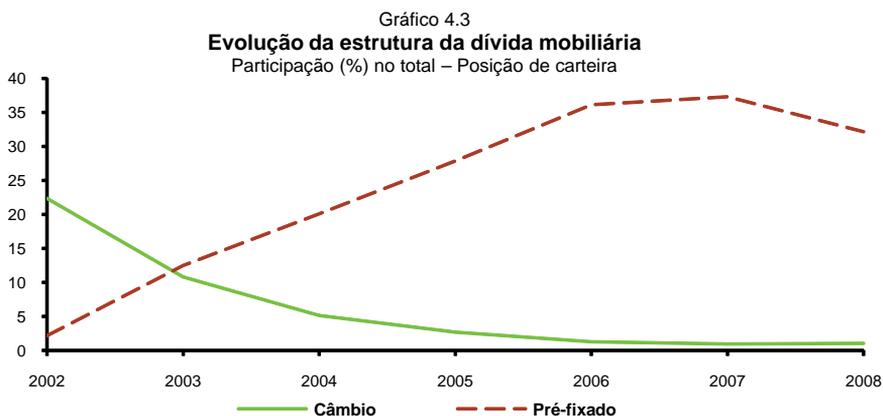
Quadro 4.4 – Títulos públicos federais – Posição de carteira

Saldos em R\$ milhões					
Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008
Responsabilidade do TN	1 099 535	1 252 510	1 390 694	1 583 871	1 759 134
Carteira do Banco Central	302 855	279 663	297 198	359 001	494 311
LTN	126 184	119 323	164 989	158 748	131 149
LFT	117 405	120 270	72 737	78 955	187 346
NTN	57 275	36 823	59 472	121 298	175 817
Créditos securitizados	1 990	3 247	0	0	0
Fora do Banco Central	796 680	972 847	1 093 495	1 224 871	1 264 823
LTN	159 960	263 436	346 984	325 149	239 143
LFT	457 757	504 653	412 034	409 024	453 131
BTN	62	48	39	27	30
NTN	133 700	167 379	296 598	451 132	538 380
CTN/CFT-A/CFT-B/CFT-C/CFT-D/CFT-E	17 343	15 799	14 532	13 903	14 306
Créditos securitizados	21 103	16 555	17 793	20 777	15 089
Dívida agrícola	4 345	1 529	1 302	0	0
TDA	2 411	3 448	4 213	4 859	4 743
CDP	0	0	0	0	0
Responsabilidade do Banco Central	13 584	6 815	0	0	0
LBC	-	-	-	-	-
BBC/BBCA	-	-	-	-	-
NBCE	13 584	6 815	0	0	0
NBCF	-	-	-	-	-
NBCA	-	-	-	-	-
Total fora do Banco Central	810 264	979 662	1 093 495	1 224 871	1 264 823
Em % do PIB	39,8	45,4	45,1	44,8	42,6

Em relação à distribuição dos títulos por indexador, a participação dos títulos pré-fixados no total da dívida mobiliária atingiu 32,2% em dezembro de 2008, ante 37,3% em igual período do ano anterior, recuo associado, em ambiente de maior demanda por títulos pós-fixados, aos resgates líquidos de Letras do Tesouro Nacional (LTN). A participação dos títulos indexados à taxa Selic, embora incorporasse resgates líquidos de Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFT), elevou-se de 33,4% para 35,8%, refletindo o impacto da incorporação de juros. A parcela dos títulos vinculados à taxa de câmbio aumentou de 0,9% para 1,1%, em razão da depreciação do real em relação ao dólar, enquanto as relativas aos títulos indexados à Taxa Referencial (TR) e àqueles atrelados a índices de preços – esta evidenciando emissões líquidas de Nota do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B) – passaram, na ordem, de 2,1% para 1,6% e de 26,3% para 29,3%.



Em dezembro de 2008, a participação dos títulos pré-fixados atingiu 32,2%, a dos títulos indexados a índices de preços, 29,3% e a dos títulos indexados ao câmbio, 1,1%, ante 37,3%, 26,3% e 0,9%, respectivamente, em igual período de 2007. Essa evolução segue refletindo a continuidade da estratégia adotada para a melhoria da estrutura da dívida pública, com impactos favoráveis sobre o grau de exposição da dívida aos riscos de mercado, em especial ao risco cambial.



Quadro 4.5 – Títulos públicos federais

Participação percentual por indexador – Posição de carteira

Índice de correção	2004	2005	2006	2007	2008
Total – R\$ milhões	810 264	979 662	1 093 495	1 224 871	1 264 823
Câmbio	5,2	2,7	1,3	0,9	1,1
TR	2,7	2,1	2,2	2,1	1,6
IGP-M	9,9	7,0	6,4	5,8	5,1
Over/Selic	57,1	51,8	37,8	33,4	35,8
Pré-fixado	20,1	27,9	36,1	37,3	32,2
TJLP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IGP-DI	1,8	1,1	0,9	0,7	0,6
INPC	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IPCA	3,1	7,4	15,3	19,8	23,6
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

As operações de *swap* do Banco Central, após registrarem saldo reverso de R\$39,6 bilhões em 2007, apresentaram inversão da exposição ao longo de 2008, atingindo, ao final do ano, R\$27,8 bilhões. Considerando o critério de caixa, o resultado acumulado dessas operações em 2008, equivalente à diferença entre a rentabilidade do Depósito Interfinanceiro (DI) e a variação cambial mais cupom, foi favorável ao Banco Central em R\$4,8 bilhões.

Dívida Líquida do Setor Público (DLSP)

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) totalizou R\$1.069,5 bilhões ao final de 2008, representando 36% do PIB e mantendo-se na trajetória de retração anual desde 2003, quando significava 52,4% do PIB. O recuo anual, equivalente a 6 p.p. do PIB, refletiu os impactos associados ao superávit primário, 4 p.p.; ao ajuste decorrente da depreciação cambial de 32% observada no ano, 3,3 p.p.; ao efeito do crescimento do PIB valorizado, 3,3 p.p.; e ao ajuste de paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida, 0,9 p.p., neutralizados, em parte, pelo efeito inerente à apropriação de juros nominais, 5,5 p.p.

A composição da DLSP passou a incorporar, em 2008, maior participação da parcela credora vinculada ao câmbio, saldo existente desde meados de 2006, quando os ativos do setor público indexados ao câmbio superaram os passivos. A ampliação da parcela credora em 2008 refletiu o aumento das reservas internacionais e a depreciação cambial assinaladas no período. Assinale-se que a ocorrência de saldo credor líquido vinculado em momentos de turbulência no mercado financeiro internacional aumenta a eficácia da administração do endividamento líquido do governo. A evolução da composição da DLSP em 2008 refletiu, ainda, o crescimento da participação de títulos vinculados a índices de preços e à taxa Selic, e a redução da parcela pré-fixada.

Quadro 4.6 – Evolução da Dívida Líquida do Setor Público

Discriminação	2005		2006	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida líquida total – Saldo	1 002 485	46,5	1 067 363	44,0
Dívida líquida – Var. ac. ano	45 488	-0,5	64 879	-2,4
Fatores condicionantes (fluxos ac. ano): ^{1/}	45 488	2,1	64 879	2,7
Necessidade de financiamento do setor público	63 641	2,9	69 883	2,9
Primário	-93 505	-4,3	-90 144	-3,7
Juros nominais	157 146	7,3	160 027	6,6
Ajuste cambial ^{2/}	-18 202	-0,8	-4 881	-0,2
Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio	-4 554	-0,2	-2 222	-0,1
Dívida externa	-13 648	-0,6	-2 659	-0,1
Dívida externa – Outros ajustes ^{3/}	-2 258	-0,1	2 302	0,1
Reconhecimento de dívidas	3 262	0,2	-375	-0,0
Privatizações	-954	-0,0	-2 049	-0,1
Efeito crescimento PIB – Dívida ^{4/}		-2,6		-5,1
PIB em R\$ milhões ^{5/}	2 157 437		2 424 641	

(continua)

Quadro 4.6 – Evolução da Dívida Líquida do Setor Público (continuação)

Discriminação	2007		2008	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida líquida total – Saldo	1 150 357	42,0	1 069 579	36,0
Dívida líquida – Var. ac. ano	82 994	-2,0	-80 778	-6,0
Fatores condicionantes (fluxos ac. ano) ^{1/}	82 994	3,0	-80 778	-2,7
Necessidade de financiamento do setor público	57 926	2,1	44 307	1,5
Primário	-101 606	-3,7	-118 037	-4,0
Juros nominais	159 532	5,8	162 344	5,5
Ajuste cambial ^{2/}	29 268	1,1	-98 217	-3,3
Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio	-2 432	-0,1	3 180	0,1
Dívida externa	31 701	1,2	-101 397	-3,4
Dívida externa – Outros ajustes ^{3/}	-2 305	-0,1	-26 236	-0,9
Reconhecimento de dívidas	-630	-0,0	135	0,0
Privatizações	-1 265	-0,0	-767	-0,0
Efeito crescimento PIB – Dívida ^{4/}		-5,0		-3,3
PIB em R\$ milhões ^{5/}	2 736 836		2 970 978	

1/ Os fatores condicionantes da dívida líquida como percentual do PIB consideram o total dos fatores dividido pelo PIB acumulado nos últimos doze meses valorizado, segundo a fórmula:
 $(\sum \text{Fatores Condicionantes} / \text{PIB}_{12\text{MesesValorizado}}) * 100$. Não reflete a variação da dívida em percentagem do PIB.

2/ Considera a soma dos efeitos mensais até o mês de referência.

3/ Inclui ajuste de paridade da cesta de moedas que integram as reservas internacionais e a dívida externa e demais ajustes da área externa.

4/ Considera a variação da relação dívida/PIB devida ao crescimento verificado no PIB, calculada pela fórmula:
 $Dt-1 / (\text{PIB}_{\text{MesAtual}} / \text{PIB}_{\text{MesBase}}) - Dt-1$.

5/ PIB anual a preços de dezembro ajustado pelo deflator IGP-DI centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

A dívida bruta do governo geral (Governo Federal, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, governos estaduais e governos municipais) atingiu R\$1.740,9 bilhões em dezembro, 58,6% do PIB, ante 56,4% do PIB em 2007.

Quadro 4.7 – Dívida Líquida do Setor Público

Discriminação	2007		2008	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida fiscal líquida (G=E-F)	891 155	32,6	935 462	31,5
Ajuste metodológico s/dívida interna (F)	116 817	4,3	119 997	4,0
Dívida fiscal líquida com câmbio (E=A-B-C-D)	1 007 972	36,8	1 055 459	35,5
Ajuste metodológico s/dívida externa (D)	109 119	4,0	-18 515	-0,6
Ajuste patrimonial (C)	102 016	3,7	102 152	3,4
Ajuste de privatização (B)	-68 750	-2,5	-69 517	-2,3
Dívida líquida total (A)	1 150 357	42,0	1 069 579	36,0
Governo Federal	808 095	29,5	760 249	25,6
Banco Central do Brasil	8 585	0,3	-31 922	-1,1
Governos estaduais	324 107	11,8	359 575	12,1
Governos municipais	49 216	1,8	55 379	1,9
Empresas estatais	-39 647	-1,4	-73 701	-2,5
Dívida interna líquida	1 393 139	50,9	1 488 794	50,1
Governo Federal	703 662	25,7	633 793	21,3
Banco Central do Brasil	327 801	12,0	451 188	15,2
Governos estaduais	313 467	11,5	343 521	11,6
Governos municipais	47 525	1,7	52 879	1,8
Empresas estatais	684	0,0	7 413	0,2
Dívida externa líquida	-242 782	-8,9	-419 214	-14,1
Governo Federal	104 433	3,8	126 456	4,3
Banco Central do Brasil	-319 216	-11,7	-483 110	-16,3
Governos estaduais	10 641	0,4	16 054	0,5
Governos municipais	1 691	0,1	2 500	0,1
Empresas estatais	-40 330	-1,5	-81 115	-2,7
PIB em R\$ milhões ^{1/}	2 736 836		2 970 978	

1/ PIB anual a preços de dezembro ajustado pelo deflator IGP-DI centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

Quadro 4.8 – Dívida líquida e bruta do Governo Geral^{1/}

Discriminação	2007		2008	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida Líquida do Setor Público (A= B+K+L)	1 150 357	42,0	1 069 579	36,0
Dívida líquida do governo geral (B=C+F+I+J)	1 181 418	43,2	1 175 203	39,6
Dívida bruta do governo geral (C=D+E)	1 542 852	56,4	1 740 888	58,6
Dívida interna (D)	1 426 087	52,1	1 595 878	53,7
Dívida externa (E)	116 764	4,3	145 010	4,9
Governo federal	104 433	3,8	126 456	4,3
Governos estaduais	10 641	0,4	16 054	0,5
Governos municipais	1 691	0,1	2 500	0,1
Créditos do governo geral (F=G+H)	-533 018	-19,5	-563 425	-19,0
Créditos internos (G)	-533 018	-19,5	-563 425	-19,0
Disponibilidades do Governo Geral	-305 568	-11,2	-292 507	-9,8
Aplic.da Previdência Social	-284	-0,0	-1 307	-0,0
Arrecadação a recolher	-1 011	-0,0	-1 639	-0,1
Depósitos a vista (inclui ag. descentral.)	-7 072	-0,3	-8 351	-0,3
Disponibilidades do governo federal no Bacen	-275 843	-10,1	-255 217	-8,6
Aplicações na rede bancária (estadual)	-21 358	-0,8	-25 993	-0,9
Créditos concedidos a Inst. Financ. Oficiais	-14 150	-0,5	-43 087	-1,5
Instrumentos híbridos de capital e dívida	-7 504	-0,3	-7 633	-0,3
Créditos junto ao BNDES	-6 645	-0,2	-35 454	-1,2
Aplicações de fundos e programas	-54 790	-2,0	-61 700	-2,1
Créditos junto às estatais	-18 805	-0,7	-18 977	-0,6
Demais créditos do governo federal	-11 289	-0,4	-10 974	-0,4
Recursos do FAT na rede bancária	-128 417	-4,7	-136 181	-4,6
Créditos externos (H)	0	0,0	0	0,0
Governo federal	0	0,0	0	0,0
Governos estaduais	-	-	-	-
Governos municipais	-	-	-	-
Títulos livres na carteira do Bacen (I)	171 585	6,3	169 156	5,7
Equalização Cambial (J)	0	0,0	-171 416	-5,8
Dívida líquida do Banco Central (K)	8 585	0,3	-31 922	-1,1
Dívida líquida das empresas estatais (L)	-39 647	-1,4	-73 701	-2,5
PIB em R\$ milhões ^{2/}	2 736 836		2 970 978	

1/ Inclui as dívidas do governo federal e dos governos estaduais e municipais com os demais agentes econômicos, inclusive as dívidas com o Bacen.

2/ PIB anual a preços de dezembro ajustado pelo deflator IGP-DI centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

Arrecadação de impostos e contribuições federais

A arrecadação de impostos e contribuições federais, exceto as contribuições previdenciárias a cargo do INSS, alcançou R\$505,2 bilhões em 2008, registrando crescimento real de 6,5% no ano, considerando o IPCA como deflator, evolução consistente com o dinamismo apresentado pela economia até o acirramento da crise nos mercados financeiros internacionais e com as ações administrativas empreendidas pela Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com vistas à recuperação de débitos em atraso e à manutenção do fluxo regular de caixa.

Quadro 4.9 – Arrecadação bruta de receitas federais

Discriminação	2006	2007	2008	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Imposto de Renda (IR)	136 503	160 286	191 755	17,4	19,6
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	28 159	33 853	39 466	20,2	16,6
Imposto sobre a Importação (II)	10 035	12 254	17 235	22,1	40,6
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	6 772	7 834	20 342	15,7	159,7
Contribuição para o Financiamento da					
Seguridade Social (Cofins)	91 156	102 838	120 800	12,8	17,5
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	27 968	34 485	43 972	23,3	27,5
Contribuição para o PIS/Pasep	24 045	26 817	31 598	11,5	17,8
Contribuição Provisória sobre					
Movimentação Financeira (CPMF)	32 033	36 483	1 150	13,9	-96,8
Contribuição de Intervenção no Domínio					
Econômico (Cide)	7 812	7 937	5 985	1,6	-24,6
Outros tributos	25 804	26 134	32 895	1,3	25,9
Total	390 287	448 921	505 198	15,0	12,5

Fonte: Ministério da Fazenda/Receita Federal do Brasil

O desempenho da arrecadação no ano refletiu, em especial, as expansões assinaladas nos tributos especificados a seguir:

- Imposto de Importação, 32,9%, e IPI – vinculado à importação, 27,6%, refletindo a elevação anual de 43,9% registrada no valor das importações em dólar, e os aumentos de 4,13% e de 0,75% observados nas respectivas alíquotas médias;
- IOF, 145,7%, consistente com a elevação nas alíquotas incidentes nas operações de câmbio e de crédito, e com os aumentos observados nos saldos das operações de crédito no segmento de pessoas físicas, 31%, e de pessoas jurídicas, 42,4%;
- Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas, 14,7%, e CSLL, 20,7%, evidenciando a maior lucratividade das empresas, em especial nos três primeiros trimestres do ano, e as ações fiscais empreendidas pela Receita Federal;
- Cofins, 11,1%, e Pis/Pasep, 11,4%, em linha com os aumentos das importações e do faturamento das empresas;

- e) Imposto de Renda Retido na Fonte, 13,7%, compatível com o cenário de crescimento da massa salarial habitual e de aumentos da distribuição de lucros ou resultados, em ambiente de maior lucratividade de empresas do setor financeiro e dos resgates de aplicações em renda fixa e de *swap*;
- f) *royalties* relativos à extração de petróleo, 52%.

Quadro 4.10 – Arrecadação do Imposto de Renda e do IPI por setores

R\$ milhões

Discriminação	2006	2007	2008	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Imposto de Renda (IR)	136 491	160 252	191 721	17,4	19,6
Pessoas físicas	8 533	13 654	14 987	60,0	9,8
Pessoas jurídicas	55 849	69 971	84 692	25,3	21,0
Entidades financeiras	9 066	13 573	12 635	49,7	-6,9
Demais empresas	46 782	56 432	72 091	20,6	27,7
Retido na fonte	72 109	76 627	92 042	6,3	20,1
Rendimentos do trabalho	39 082	42 349	51 610	8,4	21,9
Rendimentos do capital	20 890	21 421	24 853	2,5	16,0
Remessas para o exterior	7 393	7 800	9 565	5,5	22,6
Outros rendimentos	4 744	5 057	6 014	6,6	18,9
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	28 159	33 851	39 465	20,2	16,6
Fumo	2 397	2 803	3 210	16,9	14,5
Bebidas	2 610	2 583	2 437	-1,0	-5,7
Automóveis	4 288	5 208	6 001	21,5	15,2
Outros	12 701	15 555	17 415	22,5	12,0
Vinculado à importação	6 163	7 702	10 402	25,0	35,1

Fonte: Ministério da Fazenda/Receita Federal do Brasil

Previdência Social

O déficit primário da Previdência Social atingiu R\$36,2 bilhões em 2008, recuando 19,3% em relação ao ano anterior e passando a representar 1,25% do PIB, ante 1,73% em 2007.

A arrecadação líquida cresceu 16,3%, situando-se em R\$163,4 bilhões, com ênfase no aumento de 17,5% registrado nas contribuições previdenciárias, que atingiram R\$167,8 bilhões, movimento consistente com a maior formalização do mercado de trabalho e com o aumento da massa salarial.

Os gastos com benefícios elevaram-se 7,7% no ano, atingindo R\$199,6 bilhões, impactados pelo aumento de 7,1% no valor médio dos benefícios pagos, que refletiu tanto o reajuste de 9,2% do salário mínimo quanto o aumento dos benefícios com valores acima do piso, e pela elevação de 2,7% na quantidade média mensal de benefícios pagos. As despesas com benefícios previdenciários reduziram-se, em percentual do PIB, de 7,13% em 2007 para 6,91%.

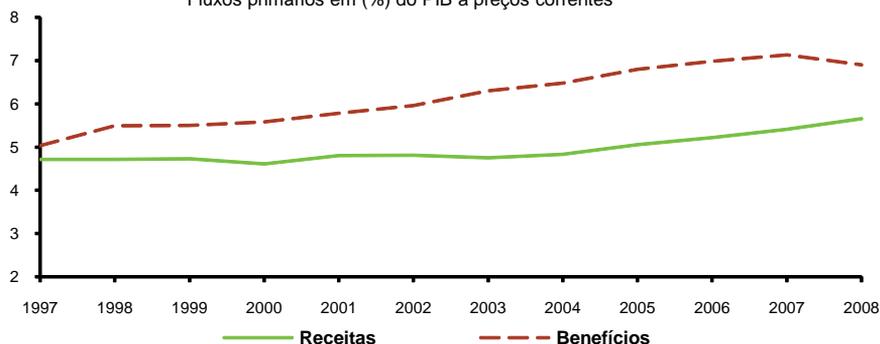
Quadro 4.11 – Previdência Social

R\$ milhões

Discriminação	2006	2007	2008	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Arrecadação líquida	123 520	140 412	163 355	13,7	16,3
Arrecadação bruta	133 703	154 589	180 891	15,6	17,0
Contribuição previdenciária	122 919	142 774	167 758	16,2	17,5
Outras receitas	10 784	11 815	13 133	9,6	11,2
Restituição (-)	478	520	545	8,8	4,8
Transferências a terceiros (-)	9 705	13 657	16 991	40,7	24,4
Benefícios previdenciários	165 585	185 293	199 562	11,9	7,7
Resultado primário	-42 065	-44 881	-36 207

Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social

Gráfico 4.4
Previdência Social
Fluxos primários em (%) do PIB a preços correntes



Finanças estaduais e municipais

O superávit primário dos governos regionais (estados e municípios) totalizou R\$30,6 bilhões em 2008, reduzindo sua participação no PIB de 1,15% em 2007 para 1,06%.

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) somou R\$222,2 bilhões, elevando-se 18,6% em relação ao ano anterior e passando a representar 7,68% do PIB, ante 7,22% em 2007. Ressalte-se que, considerado o IGP-DI como deflator, essa arrecadação registrou crescimento real de 6,6% em 2008, refletindo, em especial, as expansões assinaladas em São Paulo, 8,5%; Minas Gerais, 8,2%; e Rio de Janeiro, 2,3%, três principais estados arrecadadores.

Quadro 4.12 – Arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

R\$ milhões					
Discriminação	2006	2007	2008	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
São Paulo	57 788	63 192	76 322	9,4	20,8
Rio de Janeiro	14 805	15 671	17 836	5,9	13,8
Minas Gerais	17 018	19 317	23 214	13,5	20,2
Rio Grande do Sul	11 813	12 258	14 872	3,8	21,3
Paraná	9 264	10 086	11 767	8,9	16,7
Bahia	8 604	8 941	10 239	3,9	14,5
Santa Catarina	6 169	6 831	7 944	10,7	16,3
Goiás	4 699	5 244	6 143	11,6	17,1
Pernambuco	4 864	5 413	5 988	11,3	10,6
Espírito Santo	5 092	5 878	7 001	15,5	19,1
Demais estados	31 600	34 514	40 913	9,2	18,5
Total	171 715	187 345	222 238	9,1	18,6

Fonte: Ministério da Fazenda/Confaz

As transferências da União para os estados e municípios aumentaram 26% em 2008, situando-se em R\$133,1 bilhões, trajetória consistente com os crescimentos assinalados nas arrecadações relativas ao Imposto de Renda, 19,6%, e ao IPI, 16,6%, tributos que servem de base para o cálculo dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios. Adicionalmente, os repasses referentes ao pagamento de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural aumentaram R\$5 bilhões no ano.

Quadro 4.13 – Transferências da União para os estados e municípios

R\$ milhões					
Discriminação	2006	2007	2008	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Transferências constitucionais (IPI, IR e outras)	70 628	82 239	101 881	16,4	23,9
Fundo de Comp. das Exportações (LC nº 87/1996)	4 343	3 888	5 216	-10,5	34,2
Transferências da Cide (EC nº 42/2003)	1 781	1 850	1 579	3,9	-14,6
Demais ^{1/}	16 028	17 628	24 400	10,0	38,4
Total	92 780	105 605	133 076	13,8	26,0

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

^{1/} Contribuição do Salário-Educação, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), *royalties* petróleo e outras transferências.